

OS EFEITOS DE OBJETIVIDADE E SUBJETIVIDADE NA ENCENAÇÃO COMUNICATIVA

Ivana Quintão de Andrade

Profa. Dra. Beatriz dos Santos Feres

Doutoranda

RESUMO: Quando nós, professores de língua portuguesa, falamos de ensino de leitura, devemos, primeiramente, nos questionar sobre a nossa posição teórica acerca da linguagem, já que esse é o olhar que acabará definindo o modo como conduziremos essa importante atividade escolar. Neste trabalho iremos considerar a linguagem como um objeto de duas faces constituído de uma camada explícita (o que está na superfície textual) e de uma camada implícita (a camada submersa). Desse modo, pretendemos contribuir para as atividades escolares de leitura que se ocupam dos efeitos de sentido gerados pelas escolhas linguísticas feitas pelo sujeito-escritor. Nosso objetivo é observar como esse sujeito, ao se representar no enunciado, constrói os efeitos de objetividade e subjetividade que, no ato de comunicação, se configurariam em “máscaras do dizer”. Nossa hipótese é a de que, se é possível encontrar marcas de subjetividade num texto considerado objetivo, então também deve ser possível encontrar marcas de objetividade num texto considerado subjetivo. Com base no conceito de encenação comunicativa, e nos modos de organização do discurso, com ênfase ao narrativo e ao descritivo, da Teoria Semiolinguística (CHARAUDEAU, 2014), procuraremos levar o aluno a perceber que, muitas vezes, as palavras e as frases presentes nos textos podem, ao invés de revelar, esconder efeitos que só poderão ser “desmascarados” se se extrapolar o enunciado e se fizer uma imersão na enunciação.

PALAVRAS-CHAVE: Leitura escolar, Semiolinguística, Objetividade, Subjetividade.

INTRODUÇÃO

Se o modo como vemos as coisas determina nossa relação com elas, então, é preciso nos questionar sobre como vemos a linguagem; afinal, esse é o olhar que acabará definindo nossa prática de ensino de leitura na escola.

Se pensarmos a linguagem como um objeto transparente, ou seja, que não pode dizer outra coisa a não ser o que ele diz, então, a leitura será tomada como atividade de sonorizar

frases; decodificar o sentido dicionarizado das palavras; verificar o nome do autor, do ilustrador, da editora, e de alguns elementos da narrativa.

Por outro lado, se pensarmos a linguagem como um objeto cuja significação vai além do enunciado, a leitura será tomada como atividade de compreensão e interpretação¹, que promove a interlocução sujeito/texto/mundo.

Neste artigo, tanto a linguagem e a leitura serão considerados como um objeto de duas camadas que se complementam entre si: a camada explícita (a que está na superfície textual) e a camada implícita (a que está no discurso). Essa relação de complementaridade nos levou a pensar nas ferramentas linguísticas usadas pelo enunciador para construir efeitos de objetividade e subjetividade nos seus textos, pois ele, tendo em mente o seu interlocutor, sua intenção e seu projeto comunicativos, faz escolhas linguísticas a fim de construir efeitos de sentido. Para nós essas escolhas revelariam a forma como ele planeja “**aparecer**” no texto. Afinal, um texto é considerado objetivo por causa da “aparência” de objetividade produzida pelas escolhas lexicais do enunciador; assim como um texto é considerado subjetivo devido à sua *aparência* de subjetividade.

A questão é que, muitas vezes, ensinamos nossos alunos a identificar, em textos considerados objetivos – como editoriais de jornal e manuais técnicos -, os traços de subjetividade do seu autor, mostrando-lhe para que direção as palavras nos levam, do que nos aproximam e do que nos afastam. Mas, e quanto aos textos considerados subjetivos? Se é possível encontrar marcas de subjetividade num texto considerado objetivo, então também deve ser possível encontrar marcas de objetividade num texto considerado subjetivo.

Para comprovar essa hipótese, fomos buscar na noção de encenação comunicativa da Teoria Semiológica (CHARAUDEAU, 2004), algumas possibilidades de ensino de leitura de textos verbais que trabalham com efeitos de sentido gerados pelas escolhas linguísticas do enunciador do texto.

¹ Os conceitos de compreensão e interpretação nos quais nos baseamos são os de Charaudeau (1995). Segundo esse autor, **compreender** é conhecer o sentido transparente, estável que jaz na superfície textual; **interpretar** é produzir sentidos que estão no implícito da linguagem. Essas noções são importantes porque elas apontam para uma leitura que não é só do enunciado, mas também da enunciação; ou seja, uma leitura que considere o que o texto diz e também o que ele não diz.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Optamos pela Semiologia, porque, conforme Machado (1992, p. 26), ela estuda os atos de linguagem que compõem o objeto-texto, examinando-os tanto na sua parte explícita como na sua parte implícita; e também porque trata, especificamente, daquele que é o responsável por articular língua e sentidos: o locutor. Como nosso objetivo é propor aulas de leitura que considerem não apenas o enunciado, mas também a enunciação, julgamos importante guiar nosso trabalho tendo em vista esse enunciador.

Charaudeau (2014, p. 44-52) nos orienta que o ato de linguagem não deve ser concebido como um ato de comunicação resultante da simples produção de uma mensagem que um Emissor envia a um Receptor, mas um jogo entre o explícito e o implícito da linguagem. Por isso, segundo ele, esse ato: a) nasce de *circunstâncias de discurso específicas*, que intervêm na partilha do saber que os protagonistas da linguagem – Eu e Tu - supõem existir entre eles; b) se realiza no *encontro do processo de produção e de interpretação*, que é o encontro dialético entre o Eu e o Tu; c) é encenado por duas entidades, desdobradas em *Eu comunicante/Eu enunciador e Tu interpretante/Tu destinatário*.

Sendo nosso foco o ensino de leitura do explícito e do implícito da linguagem, a partir das estratégias lingüístico-discursivas usadas pelo autor dos textos, nesta seção iremos tratar mais especificamente dos protagonistas do ato de linguagem. De acordo com Charaudeau (2014, p. 45-53), esses sujeitos são assim definidos:

a) Sujeitos externos à configuração verbal: O **Eu comunicante** é o sujeito produtor do ato de linguagem e o responsável por sua organização. O **Tu interpretante** é o sujeito interlocutor do ato de linguagem; se institui no exato instante em que ele inicia o processo de interpretação, o qual está afetado por suas experiências pessoais, isto é, por suas próprias práticas significantes e pela imagem que faz do seu locutor.

b) Sujeitos internos à configuração verbal: O **Eu enunciador** é o sujeito que está sempre presente no ato de fala porque é a imagem de enunciador construída tanto pelo Eu comunicante quanto pelo Tu interpretante. Ele é responsável pelo efeito de discurso produzido sobre o Tu interpretante²; portanto, uma espécie de máscara discursiva usada pelo Eu

² Por isso, segundo Charaudeau (2014, p. 50), a noção de autor de uma frase não é uma noção clara, nem operante, pois recobre um sujeito duplo: o Eu comunicante e o Eu enunciador.

comunicante para se ocultar do discurso ou se revelar nele. O **Tu destinatário** é o sujeito ao qual o Eu comunicante se dirige como destinatário ideal; portanto, o Tu destinatário tem uma relação intrínseca com a intencionalidade do Eu; por isso, sempre haverá um Tu destinatário, esteja ele marcado explicitamente, ou não.

No circuito externo estão o *Eu comunicante* (sujeito agente e articulador da fala) e o *Tu interpretante* (receptor responsável pela interpretação desses textos). Assim, o Eu comunicante pode ser um professor, uma dona de casa, um gerente de empresa, etc.; e o Tu interpretante, um aluno, um filho, um funcionário, etc. No circuito interno estão o *Eu enunciador* (responsável pelo efeito de discurso produzido sobre o Tu interpretante) e o *Tu destinatário* (interlocutor fabricado pelo EU como destinatário ideal). Assim, é nesse circuito que ocorre a discursivização do ato comunicativo, ou seja, o momento em que o material linguístico, usado pelo Eu comunicante na elaboração dos seus textos, se transforma em discurso. É no circuito interno, portanto, que o *Eu comunicante* se discursiviza em *Eu enunciador*.

Faz-se importante ressaltar que Charaudeau (2008, p.77) denomina o ato de linguagem como uma *encenação* languageira que toma o locutor como o centro da produção do dizer. Ora, segundo o Dicionário Laousse da Língua Portuguesa (1992, p. 406), encenar pressupõe “preparar uma ação com o fim de iludir; simular”. Desse modo, considerando que: a) a linguagem é um objeto constituído de duas camadas complementares (a camada explícita e a camada implícita); b) os sentidos produzidos pelo locutor do texto são o resultado da conjugação dessas duas camadas; c) o Eu enunciador é a máscara (CHARAUDEAU, 2014, p. 49) usada pelo Eu comunicante na produção textual, entendemos ser necessário investigar como esse locutor dirige sua encenação languageira, tendo em vista os efeitos de objetividade e subjetividade que ele confere aos seus textos.

O viés teatral dado por Charaudeau (2014, p. 75-78) à comunicação confirma que toda vez que tomamos a palavra, agimos como os atores que ensaiam antes de representar um determinado personagem num palco; ou seja, assim como um diretor de teatro utiliza o circuito cênico, os cenários, a luz, a sonorização, os comediantes, etc., para produzir a encenação, o locutor do texto verbal utiliza certos recursos linguísticos em função dos efeitos que pretende produzir no interlocutor imaginado por ele.

Como nossa intenção é analisar, especificamente, o modo de atuação do Sujeito falante, elaboramos um quadro que poderá ajudar a mostrar a discursivização do Eu

comunicante em Eu enunciador, ou seja, quando o *Fazer* do Eu comunicante se transforma no *Dizer* do Eu enunciador.

Circuito externo – FAZER Momento do “ensaio”	Circuito interno – DIZER Momento da “encenação”
EU COMUNICANTE – A(u)tor	EU ENUNCIADOR - personagem
Ocupa um lugar social no Dizer →	Representa um papel no Dizer
Age, joga (posição contratual) →	Atua (posição teatral)
Ser do mundo do Fazer →	Ser do mundo do Dizer
Produz uma unidade lingüística, explícita, aquela que o leitor vê e que é programada de modo a provocar relações com o contexto para ter seu sentido finalizado.	Apresenta uma pluralidade lingüístico-discursiva, implícita, aquela que o leitor lê a partir da superfície textual e das relações com o contexto.
SER SEM MÁSCARA	SER COM MÁSCARA

QUADRO 01: *A discursivização do Eu comunicante em Eu enunciador*

Esse quadro destaca, na coluna da esquerda, a identidade social do locutor e a face da língua como sistema; na coluna da direita, a identidade discursiva do locutor e a face da língua como discurso. Para nós, o Fazer do Eu comunicante é o momento em que ele, ser social elabora e reelabora (ensaia) seu texto, tendo em vista uma circunstância de discurso e uma finalidade comunicativa. Já o momento do Dizer seria aquele no qual o Eu comunicante, após o ensaio, representa, no texto (no palco), para uma platéia (Tu destinatário) por ele imaginada, o papel de Eu enunciador.

Assim, ao articular palavras de forma que qualquer traço de sua subjetividade fique submerso, enquanto apenas a informação, que se pretende pura e transparente, fique na superfície do texto, o Eu comunicante não aparecerá explicitamente na linguagem, e o seu texto será considerado pela tradição escolar como *objetivo*. Mas se suas escolhas lexicais forem marcadas, gramaticalmente, pela 1a. pessoa do singular, se ele fizer uso de figuras de linguagem, bem como de sinais exclamativos, entre outros recursos, o Eu comunicante, e sua visão pessoal sobre um dado assunto, aparecerão na linguagem de forma contudente, e o seu texto será considerado pela tradição escolar como *subjetivo*.

Já que o Eu enunciador é sempre uma imagem de fala que oculta em maior ou menor grau o Eu comunicante, pretendemos ensinar o aluno a ler a linguagem manifesta, produzida pelo Eu comunicante, e a retirar a máscara usada pelo Eu comunicante. Para isso iremos trabalhar com alguns elementos linguageiros, semânticos e formais da Semiolinguística, entre eles: os componentes Delocutivo e Elocutivo do Modo de organização enunciativo³; os componentes da construção descritiva⁴: nomear, localizar-situar e qualificar; e os componentes da lógica narrativa⁵: *actantes*, *processos* e *sequências*.

O modo Enunciativo, que procura dar conta do comportamento enunciativo do locutor face à sua finalidade discursiva, tem três funções: a) Alocutivo: o sujeito falante age sobre seu interlocutor; b) Delocutivo: o sujeito falante se apaga do ato de enunciação, produzindo, assim, a aparência de objetividade; c) Elocutivo: o sujeito falante revela-se no ato de enunciação, produzindo, assim, a aparência de subjetividade.

O modo Descritivo é assim chamado por Charaudeau (idem, p. 111) para definir o momento em que o sujeito, ao ver o mundo com um “olhar parado”, dá existência aos seres (nomeia-os), localiza os seres (localiza-os no espaço e no tempo) e qualifica os seres (caracteriza-os).

Os componentes da lógica narrativa estão estreitamente ligados uns aos outros. *Os actantes* são agentes de uma ação (categoria de língua) e desempenham papéis narrativos específicos. Eles não devem ser confundidos com os personagens, pois estes são formas qualificadas. Por exemplo: uma história pode conter um actante-agressor (forma não qualificada) que depende da ação de um personagem (forma qualificada) – uma sobrinha má, um bandido, um cúmplice, etc. Já *os processos* unem os actantes entre si, conferindo-lhes função accional. Por isso, um mesmo processo narrativo pode ser concretizado por diferentes ações. Por exemplo, um processo de agressão pode ser realizado por um gesto, uma palavra, uma carta anônima. Uma única ação pode corresponder a vários processos: a ação de entregar flores a alguém pode significar um pedido de desculpas, um pedido de namoro, um presente de aniversário. *As sequências* integram processos e actantes numa finalidade narrativa

³ Segundo Charaudeau (2014, p. 74), os procedimentos que consistem em utilizar categorias de língua para ordená-las em função das finalidades discursivas do ato de comunicação podem ser agrupadas em quatro modos de organização: o Enunciativo, o Descritivo, o Narrativo e o Argumentativo.

⁴ Esses componentes servem para construir uma imagem atemporal do mundo. Para Charaudeau (2014, p. 116), é como se esses seres fossem impressos numa película para sempre.

⁵ Charaudeau (2014, p. 159) nos lembra que a lógica narrativa é apenas uma hipótese de construção da trama de uma história que se supõe despojada de suas particularidades semânticas, e que se julga existir fora (aquém) da configuração enunciativa.

segundo certos princípios de organização, como o encadeamento coerente das ações, o projeto de intencionalidade e a localização espaço-temporal.

É no princípio de intencionalidade que veremos a Semiologia lançar-mão de uma interessante tríade para explicar a organização das sequências narrativas. Segundo essa tríade (CHARAUDEAU, 2014, p. 168), as narrativas possuem: (1) *um estado inicial* representado por uma ação inicial, da qual nasce uma *falta*, dando início a um processo de *busca* de preenchimento da *falta*; (2) *um estado de atualização da busca* que consiste em tentar obter o *Objeto* que preencherá a falta; (3) *um estado final* representado por uma sequência de ações das quais se pode verificar a obtenção do *êxito* ou do *fracasso* em relação ao *objeto* da *busca*.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Embora a Semiologia nos permita trabalhar com diversos tipos de texto, nossos *corpora* se constituirão, especificamente, de textos verbais escritos porque eles ainda são considerados as vedetes das aulas de leitura.

Um dos saberes mantidos pela tradição escolar diz respeito a um tipo de texto que, por privilegiar a informação, é classificado como *objetivo*, isto é, isento de traços de personalidade do locutor. Contudo, sabemos que a neutralidade é um mito. O texto dito *objetivo* é escrito por um Eu comunicante que, apesar de procurar apagar sua identidade, vai deixando cair, na superfície do texto, os vestígios de sua presença. Assim, para trabalharmos a objetividade, optamos pelos verbetes enciclopédicos que, como se sabe, têm caráter referencial e são textos escritos para explicar um conceito segundo padrões descritivos sistemáticos. Dentre esses verbetes, elegemos os digitais, mais especificamente, o verbete *Violência*⁶, da Wikipédia, uma enciclopédia *online*.

Outro saber propagado pela tradição escolar diz respeito ao texto considerado *subjetivo*, que expressa a visão pessoal do autor a respeito de algum assunto. Embora suas estratégias de escrita operem com linguagens figuradas, sinais exclamativos, reticências, e outros, o uso da 1ª. pessoa ainda é considerado a marca mais evidente da subjetividade. No entanto, para nós, a subjetividade total é um mito. Para enunciar-se de maneira subjetiva, acreditamos que o locutor precise alicerçar seu texto com dados objetivos da realidade, organizando-os de forma lógica e coerente, a fim de que esse texto possa ser compreendido e

⁶ In: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Viol%C3%Aancia> (acesso: 26/07/2016)

interpretado pelo leitor. Assim, para retirar a máscara de subjetividade e observar a objetividade, selecionamos um texto linguisticamente marcado pela identidade do seu autor: o texto-depoimento *Fui vítima de uma montagem*, de M.S., 14 anos⁷, no qual uma jovem relata ter sido vítima de *bullying* na escola.

É preciso sinalizar que esse trabalho de desvendamento da subjetividade será guiado:

a) pela definição filosófica da palavra *objetivo*, encontrada no Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2010): “*Filos. Diz-se do que é válido para todos, e não apenas para um indivíduo*”; b) pela definição de construção objetiva do mundo, de Charaudeau (2014, p. 120-121), segundo a qual, “*os procedimentos de construção objetiva do mundo consistem em construir uma visão de verdade sobre o mundo, qualificando os seres com a ajuda de traços que podem ser verificados por qualquer outro sujeito além do sujeito falante*”.

Como nossa proposta é formar alunos que saibam ver o sentido das palavras e os sentidos que só podem ser vistos através das palavras -, neste artigo, a objetividade e a subjetividade serão consideradas como máscaras de encenação do dizer.

ENCENAÇÃO COMUNICATIVA I:

Violência⁸ é um [comportamento](#) que causa intencionalmente dano ou intimidação [moral](#) a outra pessoa ou ser vivo. Tal comportamento pode invadir a [autonomia](#), integridade física ou psicológica e até mesmo a [vida](#) de outro. É o uso excessivo de [força](#), além do necessário ou esperado.^[1] O termo deriva do [latim](#) *violentia*^[2] (que deriva de *vis*, força, vigor); aplicação de força, vigor, contra qualquer coisa.

Assim, a violência diferencia-se de [força](#),^[3] embora sejam palavras que costumam estar próximas na língua e pensamento cotidianos. Enquanto que "força" designa, em sua acepção filosófica, a energia ou "firmeza" de algo, a violência caracteriza-se pela ação corrupta, impaciente e baseada na [ira](#), que convence ou busca convencer o outro e, simplesmente, o agride.

Existe violência explícita quando há ruptura de normas [morais](#) sociais estabelecidas a esse respeito: não é um conceito absoluto, variando entre [sociedades](#). Por exemplo, [rituais](#) de [iniciação](#) podem ser encarados como violentos pela [sociedade ocidental](#), mas não pelas sociedades não ocidentais que os praticam.

Vamos observar os componentes da encenação comunicativa presentes no verbete *Violência*, da Wikipédia. **No circuito externo**, encontramos: a) *um sujeito falante* (Eu comunicante), representado pelos diferentes internautas-autores⁹ do verbete – que, embora

⁷ In: <http://cafe-no-bullying.blogspot.com.br/p/depoimentos-de-pessoas-que-sofreram.html> (acesso: 26/07/2016)

⁸ Esse texto corresponde a uma edição arquivada desta página. In: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Viol%C3%Aancia&oldid=45661027>

⁹ Enquanto os verbetes enciclopédicos – impressos ou digitais – são elaborados por um grupo seletivo de autores – especialistas e editores -, os da Wikipédia, em particular, são produzidos por diferentes usuários das mais diversas formações acadêmicas.

sejam múltiplos, representam um único ponto de vista; b) *um sujeito interpretante* (Tu interpretante) representado pelos internautas-leitores que acessam o verbete pela internet e o leem; c) *uma situação de comunicação* (a produção de um verbete numa enciclopédia digital) representada pela finalidade contratual (visada de fazer-saber) e *um projeto de fala* (definir e explicar um conceito segundo padrões descritivos sistemáticos). No **circuito interno**: a) *um sujeito enunciador* (Eu enunciador) que define e explica - portanto, descreve - o conceito de violência; b) *um sujeito destinatário* (Tu destinatário) ao qual chamaremos de *coenunciador*, pois ele não apenas compreende a encenação comunicativa presente no verbete, mas, principalmente, produz sentidos a partir dela.

Uma vez apresentados os componentes da encenação comunicativa do texto-verbete, vamos analisar o trabalho do locutor em seus dois campos de atuação: o circuito externo e o circuito interno. No **circuito externo**, estão: a) **presença da 3ª. Pessoa**; b) **predomínio de verbos no tempo presente**; c) **linguagem referencial** (que procura garantir o tom definitório-explicativo do verbete); d) **informações etimológicas** (“o termo deriva do latim *violentia*”); e) **classificações** (“Existe violência explícita quando...”); f) **diferenciações** (“a violência diferencia-se de força”); g) **exemplificações** (“rituais de iniciação podem ser encarados como violentos pela sociedade ocidental, mas não pelas sociedades não ocidentais que os praticam”); e h) **coesão predominantemente lexical** (“tal comportamento”, “o termo”). Para a tradição escolar, esses mecanismos são marcas do texto objetivo. Porém, no caso do verbete *violência*, da Wikipédia, é possível verificar que as estruturas linguísticas estão comprometidas com uma dada visão de violência, e é nessa visão que o enunciador expressa a sua subjetividade.

Para comprovar o que acabamos de dizer, será necessário sair do enunciado e mergulhar na enunciação, isto é, no circuito interno do texto. Conforme os modos de organização do discurso, preconizados por Charaudeau (2014), o texto-verbete, predominantemente descritivo, é um componente delocutivo do modo enunciativo, pois seu modo de dizer consegue construir um discurso que **aparenta** estar desvinculado do ponto de vista do locutor em relação ao objeto descrito – *violência*. No texto-verbete, esse modo de dizer está marcado por recursos descritivos chamados *nomear*, *localizar-situar* e *qualificar*, cuja aplicação é mostrada a seguir: a) *Nomear*: “comportamento”, “tal comportamento”, “uso”, “o termo”, “aplicação”, “a violência”; *Localizar-situar*: “do latim *violentia* (que deriva

de vis, força, vigor)”; c) *Qualificar*: “que causa intencionalmente dano ou intimidação moral a outra pessoa ou ser vivo”; “pode invadir a autonomia, integridade física ou psicológica e até mesmo a vida de outro”; “caracteriza-se pela ação corrupta, impaciente e baseada na ira, que não convence ou busca convencer o outro e, simplesmente, o agride”; “é explícita”; “não é um conceito absoluto, variando entre sociedades”.

Assim podemos dizer que o referente *violência* foi **nomeado** - portanto, reconhecido¹⁰ - linguisticamente pelo enunciador que lhe conferiu certa identidade; **localizado-situado** por um enunciador preocupado em situar a origem do vocábulo *violência* no tempo; **qualificado** por meio de estruturas nominais e oracionais formadas, predominantemente, por palavras de teor negativo. Entendemos que o aluno deva ser capaz de identificar esses componentes descritivos, já que eles podem revelar aspectos da entrelinha textual importantes para a leitura crítica do verbete. De acordo com Charaudeau (2001, p. 23-62), trata-se de um jogo protagonizado pelo sujeito falante, como se fosse possível a ele não ter ponto de vista, como se pudesse desaparecer por completo do ato de enunciação e deixar o discurso falar por si.

Desta maneira, é possível afirmar que o verbete *Violência*, da Wikipédia, foi construído de modo a mostrar, logo na sua superfície textual, sua capa de objetividade, própria de verbetes enciclopédicos. Afinal, o que se vê é o que está à mostra: sua máscara de objetividade. Todavia, se retirarmos a máscara da objetividade, mergulharemos na enunciação, e veremos o que está submerso, isto é, a subjetividade da voz ideológica que considera a violência um conceito de teor negativo.

ENCENAÇÃO COMUNICATIVA II

Fui alvo de uma montagem¹¹

“Quando mudei de cidade e entrei em uma escola nova, um menino começou a me zoar todo o dia. Ele inventava apelidos para mim e me xingava. O pior é que os outros colegas não faziam nada! O extremo foi uma montagem que ele fez com uma foto minha, na última semana de aula. Eu nunca tive esse menino em nenhuma rede social, mas de algum jeito, ele achou o meu Orkut, copiou minha foto e colocou um nariz de palhaço e um chifre. Depois, levou para a escola e ficou mostrando. Todo mundo riu de mim! Aguentei até o fim da aula para não ser ainda mais zoada, mas, quando cheguei em casa, chorei e contei tudo para os meus pais.

¹⁰ Lembrando que esse *reconhecimento*, aparentemente neutro, reflete também a forma como a sociedade - à qual o locutor pertence - vê a violência.

¹¹ CAFÉ NO BULLYING. Apresenta depoimentos de quem sofreu um tipo de violência chamado “bullying”. Disponível em: <<http://cafe-no-bullying.blogspot.com.br/p/depoimentos-de-pessoas-que-sofreram.html>>. Acesso em: 26/06/2016. Mantivemos a escrita original.

Faltei o resto da semana e depois mudei de cidade de novo. Nunca mais quero voltar aquela cidade.” (M.S. 14 anos)

Observemos, agora, os componentes da encenação presentes no texto-depoimento. **No circuito externo**, encontramos: a) *um sujeito falante* (Eu comunicante) representado por M. S., 14 anos; b) *um sujeito interpretante* (Tu interpretante) representado pelos internautas que acessam o depoimento pela internet e o leem; c) *uma situação de comunicação* (a produção de um depoimento publicado num Blog) representada por uma finalidade contratual (visada de fazer-aderir/incitar) e *um projeto de fala* (compartilhar experiências vividas). **No circuito interno**, observamos: a) *um sujeito enunciador* (Eu enunciador) ao qual chamaremos de *narrador (actante-vítima)*, pois conta os fatos vividos; b) *um sujeito destinatário* (Tu destinatário) ao qual chamaremos de *coenunciador*, pois ele não apenas compreende a encenação comunicativa presente no depoimento, mas, principalmente, produz sentidos a partir dela. A seguir, vejamos como se desenvolveu o trabalho do locutor. No circuito externo, estão: a) **presença da 1ª. pessoa**; b) **linguagem figurada** (que procura garantir o tom emotivo do depoimento); c) **sinais exclamativos** (que realçam o tom emotivo).

Temos afirmado que os textos possuem uma camada superficial e uma camada submersa. Mas, durante a leitura e análise do texto-depoimento, acabamos nos deparando com **duas camadas de enunciação**: a primeira camada, submersa, confirmaria a presença da subjetividade (**Enunciação 1**) e, a segunda camada, mais submersa ainda, revelaria a presença da objetividade (**Enunciação 2**).

Para verificar a presença da subjetividade na **Enunciação 1**, consideremos que seu modo de dizer consegue construir um discurso que aparenta estar integralmente marcado pela subjetividade do locutor. No texto-depoimento, esse modo de dizer conta com o trabalho dos seguintes elementos narrativos da Semiologia: os *actantes*, os *processos* e as *sequências*. Os **actantes**, ou papéis narrativos, são: a) **Actante-vítima**: M. S., 14 anos; b) **Actante-agressor**: autor do bullying; c) **Actantes-cúmplices do agressor**: os colegas da escola; d) **Actantes-protetores da vítima**: os pais de M. S., 14 anos. Os **processos** constituem-se das funções narrativas que permitiram o encadeamento entre as ações a) a função narrativa de agressão: a entrada de M. S., 14 anos na escola, as práticas de *bullying*, até culminar com a saída do actante-vítima da escola e da cidade; b) a função narrativa de traição/decepção: M.S., 14 anos esperava que seus colegas a defendessem do seu agressor, mas, eles agiram

como actantes-cúmplices; c) *a função narrativa de proteção*: após chegar em casa chorando e contar tudo para os pais, M. S., 14 anos, nunca mais voltou para a escola e mudou-se de cidade. As **sequências**, que integram actantes e sequências, podem ser organizadas da seguinte forma: a) *Estado inicial*: “Quando mudei de cidade e fui estudar em uma outra escola”; b) *Busca*: “um menino começou a me zoar todo dia”; c) *Estado final*: “faltei o resto da semana e depois mudei de cidade de novo”; d) *Resultado*: Fracasso.

Faz-se necessário comentar que praticamente todos os verbos do texto-depoimento estão no perfectivo, o tempo da completude. Também esse é o tempo do verbo *mudar*, que aparece apenas duas vezes no enunciado: uma vez abrindo a narrativa (“Quando **mudei** de cidade...”), e outra, fechando-a (“Faltei o resto da semana e depois **mudei** de cidade de novo”). Accidentalmente falando, o ponto de abertura da narrativa coincide com o ponto de fechamento. Assim, *mudei* pode ser lido como a representação linguística que, para a narradora, marca o início e fim de um ciclo de sua vida.

É possível, ainda, identificar outros recursos linguísticos usados pelo locutor, os quais confirmariam as marcas de sua subjetividade: uso abundante de *artigos e pronomes definidos* determinando seres e períodos de tempo nos quais o narrador-actante-vítima se reconhece: *todo o dia; os colegas; o extremo; foto minha; na última semana de aula; o meu Orkut; levou para a escola; aguentei até o fim da aula; os meus pais; o resto da semana; uso de artigos e pronomes indefinidos* mostrando o distanciamento do narrador, inicialmente, em relação à futura escola (“**uma** escola nova”), e depois, àquele que viria a se tornar o actante-agressor (“**um** menino começou a me zoar); *uso de sintagmas adjetivos superlativos (o pior e o extremo)*, os quais podem ser lidos como a representação linguística de dois grandes momentos de tensão durante o processo narrativo de *Busca*; *uso de sinais exclamativos* com a intenção de sinalizar a indignação do actante-vítima ao testemunhar a inércia dos actantes-que-deveriam-ser-seus-aliados (“Não faziam nada!” e “Todo mundo riu de mim!”); *uso de um único verbo no tempo presente* (“Nunca mais **quero voltar** àquela cidade”), numa possível referência ao sentimento de alívio do actante-vítima que, ao expressar esse desabafo, instala, no discurso, seu momento de maior interlocução com o leitor.

Entendemos que o aluno deva ser capaz de identificar esses componentes narrativos, já que eles podem ajudar a revelar aspectos da entrelinha textual importantes para a leitura crítica do depoimento que, para nós, apenas confirmam a classificação do texto-depoimento como *subjetivo*. Mas se quisermos ensinar nossos alunos a mergulhar ainda mais fundo nos

textos, alcançando, assim, a **Enunciação 2**, será importante mostrar-lhes que a subjetividade, embora bastante aparente, não é total, pois ela está ancorada em fatos objetivos, que dão verossimilhança ao texto; essa verossimilhança é necessária para que os fatos narrados consigam atingir os *tus* que vivem situações semelhantes às que o narrador viveu.

Essa leitura mais profunda do texto-depoimento requer que tomemos a definição filosófica de *objetivo* - encontrada no Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2010): *Filos. Diz-se do que é válido para todos, e não apenas para um indivíduo*. Requer considerar, também, o conceito de *construção objetiva do mundo*, de Patrick Charaudeau (2014, p. 120-121), segundo o qual os procedimentos de construção objetiva consistem em construir uma visão de verdade sobre o mundo, qualificando os seres com a ajuda de traços que podem ser verificados por qualquer outro sujeito além do sujeito falante. Para o autor, esses seres não dependem da visão subjetiva do enunciador, mas sim, de sua visão objetiva, isto é, de uma *observação do mundo que possa ser compartilhada* pelos membros de uma comunidade social, e ser o objeto de um consenso sobre o estado do mundo como realidade em si (em sua localização, em suas qualidades, quantidades, funções).

Assim, quando o Eu comunicante do texto-depoimento decidiu divulgar uma experiência da qual foi vítima, ele, através do seu texto, acabou entrando em contato com leitores que passaram ou estão passando por problemas semelhantes, permitindo, assim, que esses leitores se compatibilizassem com ele. Aí está o efeito universalizante do EU: quanto mais eu entro na minha subjetividade, mais eu entro em contato com o que é universal, isto é, comum a todos – um efeito, portanto, que vai da subjetivação para a universalização. Para nós, esse contato só foi possível devido ao fio lógico presente no depoimento, isto é, ao conjunto de elementos comuns, tais como: seres do mundo objetivo (*cidade, escola, foto, Orkut, montagem, colegas, etc.*), senso de localização espacial (*mudar de cidade e de escola, chegar em casa, etc.*) e temporal (*todo dia, na última semana de aula, etc.*), e ações (*mudar, zoar, rir, etc.*) que vão movimentando o enredo. Esses elementos comuns seriam, então, os responsáveis por organizar o mundo subjetivo do locutor da forma mais objetiva possível.

Nossa hipótese é a de que, no depoimento haja um fio lógico formado por dados objetivos possíveis: seres possíveis, lugares possíveis, tempos possíveis – organizados dentro de um enredo possível. Eu-aqui-agora possíveis. Nesse aspecto, o conteúdo genérico – formado pelos fatos narrados por M. S., 14 anos – seria substituído pelo conteúdo específico de cada leitor que viveu ou vive experiência semelhante. Assim, a narrativa de M.S., 14 anos

diz que ela mudou de cidade e foi estudar em uma nova escola. Outra possível narrativa seria a de um leitor, morador da cidade X, que tenha se mudado para a cidade Y e tenha ido estudar na escola Z. Isso significa que os dados da realidade do Eu enunciador podem ser atualizados pelos dados da realidade do Tu destinatário. Essa atualização só acontece devido à identificação dos dados, que é compartilhada entre o sujeito enunciador e o sujeito destinatário.

Segundo Charaudeau (2104, p. 188), essa identificação é resultante de um consenso social; um efeito marcado por índices que revelam o tangível do universo (aquilo que pode ser percebido), a experiência (a vivência compartilhada), e o saber do qual o narrador constrói a ilusão de que pode ser verificado (mundo da racionalidade). Assim, entendemos que, para interpretar mensagens subjetivas, o leitor precisa acessar seu conhecimento do mundo objetivo, isto é, aquilo que é observável por todos, independentemente de opiniões e sensações individuais.

O depoimento de M. S. foi construído de modo a mostrar, logo na superfície textual, sua capa de subjetividade, própria de depoimentos pessoais. Afinal, o que se vê é o que está à mostra: sua máscara de subjetividade. Quando entramos na *Enunciação 1*, achávamos que iríamos descobrir os dados objetivos e confirmar nossa hipótese – a de que o texto subjetivo é sustentado por dados objetivos -, mas a análise apenas confirmou a existência das marcas subjetivas do texto. Somente quando mergulharmos mais fundo, isto é, quando alcançamos a *Enunciação 2*, a camada mais submersa ainda, é que foi possível desvendar o que estava submerso e sustentava o texto subjetivo: sua camada objetiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou repensar as práticas docentes que fazem das aulas de leitura uma atividade voltada quase exclusivamente para a leitura do enunciado – o que acaba reforçando, no aluno, a ideia de que ler é apenas decodificar o que está na superfície textual. Identificamos que esse problema pode ser explicado, dentre outros fatores, pela forma como o professor vê a linguagem, uma vez que esse olhar determinaria sua prática docente no que ela tange ao ensino de leitura. Como professores de língua materna, vimos procurando lançar sobre nosso fazer pedagógico um olhar que considera a leitura como trabalho de compreensão e de interpretação, no qual enunciado e enunciação se intercomplementam.

Desse modo, objetivando ampliar o leque de possibilidades de ensino de leitura, fomos buscar na teoria Semiolinguística do linguista Patrick Charaudeau alguns pressupostos para propor aulas em que o aluno aprenda a ler não somente o que está na superfície textual, mas também o que está nas entrelinhas. A partir da análise do texto-verbete *Violência*, da Wikipédia, e do texto-depoimento *Fui alvo de uma montagem*, ambos publicados na internet, foi possível pensar no jogo de mostrar e ocultar os sentidos orquestrados pelo locutor, os quais podem ser revelados numa leitura mais crítica, isto é numa leitura da enunciação.

Com base em nossa pesquisa e na análise desses textos, constatamos que não há textos totalmente objetivos nem totalmente subjetivos: o que há são efeitos de objetividade e subjetividade construídos pelas escolhas linguísticas do sujeito comunicante, e que, na encenação comunicativa, se configuram em *máscaras do dizer*. Assim, ao retirarmos a máscara de objetividade do texto *violência*, da Wikipédia, descobrimos que ele é formado por uma camada externa, aquela que nossos olhos podem ver: a camada objetiva. É sobre ela que a linguagem foi organizada pelo locutor de forma a conferir ao texto um tom neutro, impessoal – próprio de verbetes enciclopédicos. No entanto, ao mergulharmos na enunciação, vimos que o nela que estava submerso, e sustentava o texto objetivo, era sua camada subjetiva. Nessa camada foi possível identificar o ponto de vista do enunciador a respeito da *violência*.

Por outro lado, ao retirarmos a máscara de subjetividade do texto *Fui alvo de uma montagem*, descobrimos que ele é formado por uma camada externa, aquela que nossos olhos podem ver: a camada subjetiva. É sobre ela que a linguagem foi orquestrada pelo locutor de forma a conferir ao texto um tom pessoal, com visão emotiva e impressionista da realidade – próprio de depoimentos pessoais. No entanto, ao mergulharmos na enunciação, constatamos existirem ali duas camadas internas, submersas à superfície textual: a) *a camada enunciativa 1*, que apenas confirma a presença das marcas subjetivas do narrador e que, portanto, não se configuraria numa máscara a ser retirada; b) *a camada enunciativa 2*, na qual identificamos a existência de dados objetivos que formam o fio lógico que sustenta a narrativa da estudante M. S., 14 anos, vítima de *bullying*.

Neste artigo, procuramos mostrar, principalmente, que: a) um texto é uma unidade formada por enunciado e enunciação; isto é, pelo que está à mostra e o que está oculto; b) cabe ao Eu comunicante, com base numa finalidade comunicativa e num projeto de fala, orquestrar os recursos de que a língua dispõe para construir seu texto; c) cabe ao Eu

enunciador a encenação dessa intencionalidade; d) a objetividade e a subjetividade dos textos podem ser tratadas como máscaras textuais.

As análises aqui propostas pretendem contribuir para a formação de alunos que, ao perceberem os mecanismos linguísticos de construção de sentidos, tornem-se, junto com o locutor, coenunciadores dos textos. Desse modo, esperamos que esses alunos passem a ver a leitura não mais como uma exigência protocolar, mas uma atividade que deve ser inserida nas práticas languageiras com as quais eles se deparam dentro e fora da escola.

REFERÊNCIAS

CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização do discurso*. SP: Contexto, 2014.

_____. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, H. et alii. *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte. Núcleo de Análise do discurso-FALE/UFMG, 2001.

_____. Les conditions de compréhension du sens de discours, in: *Langage em FLE. Texte et compréhension, Revue Lci et Là*, Madrid, ADEF, 1995.

Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 5ª. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

Dicionário Larousse da Língua Portuguesa. SP: Ed. Nova Cultural, 1992.

MACHADO, Ida L. A Semiolinguística de Patrick Charaudeau: uma interessante opção de análise discursiva. In: Contexto – *Revista de Pós-Graduação em Letras* (UFES), 1992. Disponível em: [<http://www.periodicos.ufes.br/contexto/article/view/7041>] Acesso em: 04 jul. 2017.

Créditos das imagens: Quadro 01: Ivana Quintão de Andrade